

O CUIDADO À PESSOA IDOSA E A INSUFICIÊNCIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LITERATURA.

Autora: Eduarda Lima Mendes; Co-autora: Maria Tamires Sabino da Mota Silveira.

Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP

imipsocial@gmail.com

Palavras – Chave: Família; Pessoa Idosa; Insuficiência Familiar; Políticas Públicas.

Introdução

O processo de envelhecimento é um fenômeno presente na história da humanidade e vem trazendo com ele questões que devem ser discutidas e analisadas com o intuito de fornecer respostas às demandas apresentadas pela população idosa. Para mensurar esse processo pode-se sinalizar alguns dados demográficos que indicam o alargamento das pirâmides etárias populacionais.

No cenário mundial em 2012 o número de pessoas mais velhas aumentou para quase 810 milhões, estima-se que em dez anos esse número alcance 1 bilhão e em 2050 duplique para 2 bilhões. A partir desse cenário é notável o incessante crescimento da população idosa, entretanto não se esgota nesses dados. ¹

O envelhecimento da população brasileira também é evidente, pois dados afirmam que nos últimos 60 anos o número de idosos só aumenta. Em 1940 esse grupo representava 1,7 milhões, já em 2000 aumentou para 14,5 milhões. Sendo a projeção para 2020 de uma população de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas idosas. Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a cada 10 brasileiros 1 tinha mais de 60 anos e tudo indica que em 2050 essa proporção atingirá 1:5 da população. ¹

Além dessas modificações demográficas, no Brasil são notáveis as transformações no perfil epidemiológico. No cenário de saúde brasileiro houve um crescimento das doenças crônicas degenerativas em detrimento das infectocontagiosas. Proporcionando aos idosos um envelhecimento com doenças incapacitantes que gera um grande impacto no sistema público de saúde, ainda requisitando das famílias uma participação intensificada no processo de cuidado.

Além disso, a fase da velhice vem apresentando várias demandas para o sistema de Seguridade Social (assistência social, previdência social e saúde), todavia as políticas públicas e rede de serviços públicos não acompanham o rápido crescimento da população idosa.

Principalmente porque a velhice vem carregada de dependência funcional, financeira sem qualidade de vida, configurando-se como reflexo da ausência de serviços de saúde, aposentadoria ou acesso precário aos mesmos. Mediante esse contexto observa-se uma grave consequência que é a transferência da responsabilidade dos idosos para a família. Sendo assumida como um problema familiar e individual, devido à ausência ou precariedade do suporte do Estado. ¹

Nesse sentido, pretende-se realizar uma discussão sobre avaliação do termo insuficiência familiar que compõe os dez tipos de insuficiências denominadas pela Geriatria. Analisando o termo a partir de uma abordagem crítica que não define a família como insuficiente no processo de cuidado, mas sim identifica a insuficiência do Estado no fornecimento de suporte e serviços para atender as necessidades das famílias e seus idosos.

Por isso, é de suma relevância a discussão da temática para evidenciar os limites e desafios apresentados aos familiares no cotidiano da assistência. Além disso, tem o intuito de superar as concepções moralistas e biologicistas dirigidas na análise do contexto familiar, trazendo uma reflexão sobre o que está preconizado nos arcabouços legais para o idoso, onde a responsabilidade por ele deve ser compartilhada por Estado, família e sociedade. ¹

Objetivo geral: Analisar o papel da família nos cuidados com o idoso a partir de uma abordagem crítica sobre insuficiência familiar.

Objetivos específicos: 1. Identificar as abordagens existentes sobre insuficiência familiar; 2. Elucidar uma abordagem crítica sobre a temática pontuando o papel do Estado na oferta do suporte às famílias e idosos.

Metodologia: O presente estudo constitui-se em um trabalho de pesquisa realizado a partir das leituras a artigos e livros que discutem a temática do processo de envelhecimento, sobre o papel da família na prestação dos cuidados, de portarias e leis que versam sobre o direito da pessoa idosa e o conceito de insuficiência familiar. O referencial teórico utilizado para embasamento da pesquisa é histórico dialético de Marx que permite a compreensão do objeto (temática analisada) imerso em uma da totalidade maior e dinâmica, a realidade social em permanente transformação, permeada por processos histórico, social e econômico.²

Resultados e Discussão: A insuficiência familiar é considerada, com as outras síndromes patológicas, os gigantes da Geriatria e apresenta alguns desafios para os profissionais que trabalham no âmbito da saúde do idoso. Segundo Moraes a síndrome de insuficiência familiar representa um grande obstáculo quando se pensa o cuidado para o idoso, pois a família é a principal instituição cuidadora dos velhos frágeis e afirma que a transição demográfica, no que tange a redução da taxa

de fecundidade, trouxe modificações na estrutura familiar ocasionando a redução de sua capacidade na oferta e apoio aos seus membros. Ainda sinaliza que o sentimento de individualismo e a ausência de estrutura física das residências fazem parte do processo de insuficiência familiar. ³

Outra abordagem sobre a temática, agora sob ótica da Enfermagem, conceitua o termo como um conjunto de vulnerabilidades sociais compostas por desemprego na família, sentimento de individualismo entre os seus membros, a valorização dos bens materiais e a dependência do álcool e outras drogas. Segundo Mendes e Souza, os conflitos intergeracionais resultam na perda da autoridade e do respeito entre os familiares e os componentes mais velhos da família, no baixo sentimento de piedade filiar e promove o fenômeno do “ninho vazio” que é a ausência dos filhos na casa do idoso. ⁴

A partir dessas duas perspectivas podem-se visualizar dois enfoques para abordagem da insuficiência familiar: o primeiro corresponde ao biologicista tendência para interpretar todos os fenômenos psicológicos; contextos históricos, Socioeconômicos, políticos, de um ponto de vista estritamente biológico, ou seja, considera insuficiência familiar como uma patologia comparando-a com uma síndrome. Como também, identifica a família como principal instituição cuidadora do idoso, justificando sua redução como fator decisivo na oferta dos cuidados. Sem realizar um análise dos contextos econômico, social os quais estão inseridos as famílias.

O outro enfoque percorre uma trajetória analítica que reduz avaliação da realidade do ponto de vista da moral, ou seja, por intermédio de conceitos e paradigmas que definem as normas em sociedade. Avaliando os desvios de comportamentos e condutas a partir das “regras sociais”, restringindo a visão da realidade sob a ótica isolada de desvios de padrões. Apresentando os conflitos familiares como impedimentos para os filhos desenvolverem seu papel de cuidador do pai e ou mãe idosos. Considerando um descumprimento as normas de comportamento sociais, reduzindo ao campo moral e afetivo questões que devem ser analisadas sob a ótica estrutural da sociedade atual que é permeada por desigualdades sociais e não dispõe de um Estado (esfera pública) para garantir o direito da pessoa idosa e oferecer suporte as famílias cuidadoras.

Nesse sentido, torna-se necessário o debate sobre insuficiência familiar com abordagem crítica, pois traz para o debate elementos que correspondem ao papel do Estado na garantia dos direitos da pessoa idosa e ao mesmo tempo sinaliza sua ausência na viabilização dos serviços públicos destinados a saúde do idoso, assistência social e previdência social. Responsabilizando apenas a família nesse cuidado. Segundo Santos e Silva transferência de responsabilidade sobre o cuidado é resultado:

A dificuldade das políticas públicas para acompanhar o rápido crescimento da população idosa, traz como consequência a distorção das responsabilidades sobre o idoso dependente, que acaba sendo assumida por seus familiares como um problema individual ou familiar, devido a ausência ou precariedade do suporte do Estado. ¹

No cenário da saúde se evidencia o aumento do número de idosos acamados, apresentando dependência funcional com a saúde frágil. Requerendo dos familiares cuidados específicos e dedicação exclusiva, pois os serviços assistência domiciliar são precários e em alguns territórios inexistentes. Isso é pontuado no texto da portaria que versa sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa- PNSPI:

O numero insuficiente de serviços de cuidado domiciliar ao idoso frágil previsto no Estatuto do Idoso. Sendo a família, via de regra, a executora do cuidado ao idoso, evidencia-se a necessidade de se estabelecer um suporte qualificado e constante aos responsáveis por esses cuidados , tendo a atenção básica por meio da Estratégia de Saúde da Família um papel fundamental. ⁵

Além disso, as condições financeiras são desfavoráveis, pois na maioria das vezes a renda do idoso constitui-se como a principal fonte de sustento da família. Devido ao alto índice de desemprego os outros membros da família, desempregados, tornam-se dependentes. Também é notável que devido ao adoecimento e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a não disponibilização dos insumos como: medicações, fraldas, materiais para curativos na rede de atendimento a pessoa idosa, a família necessita custear a compra desses produtos essenciais para a manutenção da saúde e qualidade de vida do idoso, comprometendo uma parcela considerável da renda. Outro fator a destacar é a sobrecarga dos cuidadores levando-os a exaustão física por conta das longas jornadas de trabalho que muitas vezes extrapolam o âmbito do lar e estendem-se ao hospitalar, nos momentos de internamento para realização de tratamento de saúde.

Portanto, a velhice acaba sendo tratada como uma questão de responsabilidade familiar, restrita ao espaço privado do domicílio, delegando a família o papel principal no cuidado ao idoso, ausentando-se o Estado e a Sociedade de suas reponsabilidades definidas legalmente pelo Estatuto do Idoso. Ademais, conclui-se que síndrome de insuficiência familiar reduz ausência de suporte familiar, sem analisar o contexto social, econômico e político no qual ela está inserida, trazendo definições restritas sem uma avaliação crítica da realidade social e do processo de envelhecimento. ⁶

Referências Bibliográficas

1. Santos NF, Silva MRF. As Políticas voltadas ao idoso: Melhoria da Qualidade de vida ou reprivatização da velhice. Revista Faculdade Santo Agostinho. 2013; (20): 2317-2983.
2. Ivo, T. Método Científico. 2ª edição. Maceió: Coletivo Veredas; 2016.
3. Moraes. Principais Síndromes Geriátricas. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/196.pdf.
4. Souza e Mendes. O conceito de insuficiência Familiar na Pessoa Idosa: Análise Crítica da literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n6/0034-7167-reben-68-06-1176.pdf>.
5. Brasil. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html
6. Brasil. Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm